

Montepio Tesouraria
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

RELATÓRIO E CONTAS

2021

1. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

Economia

Economia Mundial

Na recente atualização do World Economic Outlook (WEO), em 25 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontou para um crescimento da economia mundial de 5,9% em 2021, depois da contração de 3,1% observada em 2020 – provocada pela grave crise pandémica que assolou todo o globo –, tendo cortado a projeção de crescimento para 2022, de 4,9% para 4,4%. A variante Ómicron, as dificuldades de fornecimento, a escalada da inflação e a elevada incerteza tornaram a recuperação da grave crise provocada pela pandemia da Covid-19 mais lenta do que o esperado pelo Fundo em outubro. O FMI explica que a revisão em baixa para 2022 ficou a dever-se, no fundamental, ao corte de perspetivas para os EUA e a China, sublinhando também o cenário menos positivo para a Alemanha.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2021 condicionada pelo confinamento adotado no início do ano, tendo contraído ligeiramente no 1.º trimestre e registado uma nova recessão técnica, mas regressando posteriormente aos crescimentos, com o PIB trimestral da região, no 4.º trimestre, a recuperar, finalmente, das perdas da pandemia, fazendo novos níveis máximos históricos. O crescimento médio anual da Zona Euro em 2021 foi de 5,2%, depois da forte contração de 6,5% em 2020, prevendo-se uma expansão em torno de 4,2% para 2022, mas com estas previsões a permanecerem rodeadas de incerteza, resultante, designadamente, da evolução da situação pandémica.

Ao longo do ano de 2021, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a sua política monetária bastante expansionista, a qual tinha sido intensificada em 2020, com o intuito de mitigar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a economia, mas tendo no final do ano começado a preparar o mercado para a aproximação do momento da retirada gradual dos estímulos monetários – num contexto de elevada inflação [média anual de +2,6% em 2021, em marcada aceleração face aos +0,3% em 2020, com a inflação homóloga a atingir os +5,0% em dezembro de 2021 (e a voltar a subir já em janeiro deste ano, para +5,1%, renovando níveis máximos desde junho de 1992), embora refletindo, em grande medida, a evolução dos preços da energia] –, com o primeiro momento dessa gradual retirada de estímulos a ocorrer no final de março de 2022, com o término do programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (pandemic emergency purchase programme – PEPP).

Economia Portuguesa

O PIB português cresceu 4,9% em 2021, ficando acima da maioria das estimativas, refletindo um crescimento acima do esperado no derradeiro trimestre do ano, mas, sobretudo, uma revisão em alta dos dados do início do ano. Tratou-se do mais elevado crescimento desde 1990, mas que ocorre após a diminuição histórica de 8,4% em 2020 (superior à recessão acumulada durante a intervenção da Troika), na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia da Covid-19 na atividade económica.

Este regresso da economia aos crescimentos em 2021 foi acompanhado de uma redução da taxa de desemprego (dos 7,0% de 2020 para 6,6% em 2021), de um agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC, de -0,1% em 2020 para +0,9% em 2021), ainda que bem menos intenso que o observado na generalidade dos países da Zona Euro, de algum alívio das finanças públicas (redução do défice orçamental e do rácio da dívida pública), embora também de agravamento do défice da balança corrente, com a taxa de

poupança dos particulares, por seu lado, a começar a diminuir, depois da marcada subida observada em 2020, então bastante influenciada pela quebra do consumo originada pelo contexto de pandemia.

A economia portuguesa deverá manter a sua trajetória de recuperação durante 2022, estimando-se um crescimento real do PIB de 5,5%, embora com um progressivo abrandamento dos crescimentos em cadeia ao longo do ano, para ritmos mais próximos dos historicamente observados. O crescimento económico em 2022 irá continuar a beneficiar de uma política monetária ainda favorável e da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o PIB a dever retomar o nível pré-pandemia em meados do ano, mais dinamizado pelo investimento e pela procura externa, e com menor contributo do consumo privado e do consumo público.

A evolução da pandemia continua a representar um risco descendente, assim como a incerteza sobre a evolução da inflação e o respetivo impacto nas políticas económicas e ainda a incerteza geo-política.

Outras economias

Em **Angola**, o PIB intensificou bastante o ritmo de queda em 2020, para 5,5% (-0.7% em 2019), refletindo, essencialmente, o impacto da crise económica causada pelo Covid-19, com o FMI a estimar uma ligeira subida em 2021, de 0,1% e uma aceleração em 2022, para 2,9%. Já para **Cabo Verde**, e refletindo, igualmente, o impacto da pandemia, depois da forte queda de 14,8% estimada para 2020, o FMI estima uma subida de 4,0% em 2021, seguida de uma aceleração em 2022 para 6,5%.

Mercados financeiros

Em 2021 observou-se, de um modo geral, a manutenção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados iniciada em 2020, após um comportamento marcadamente desfavorável observado nos primeiros meses de 2020 – muito afetado pelo efeito inicial da pandemia –, com os preços dos ativos a continuarem a beneficiar, durante grande parte do ano, das baixas taxas de juro, da recuperação económica observada e perspetivada, da recuperação dos resultados das empresas e das perspetivas e do próprio desenrolar do processo de vacinação contra a Covid-19.

Esta recuperação estendeu-se mesmo às ações do setor bancário europeu, que seguiram a recuperação iniciada no setor nos mercados americanos ainda em 2020, beneficiando das crescentes perspetivas de impactos mais moderados da pandemia sobre as imparidades, da maior probabilidade atribuída a subidas das taxas diretoras dos principais bancos centrais e dos ganhos de eficiência obtidos.

Não obstante, o ano de 2021 continuou a ser marcado pela incerteza em torno da evolução da pandemia e dos impactos (económicos e financeiros) das variantes que foram surgindo (como a Delta e a Ómicron), num contexto de agravamento dos preços (da generalidade das *commodities* e, em especial, da energia) e das expectativas de inflação à escala global, aumentando, assim, a incerteza em torno do crescimento económico e das decisões de política monetária e, já mais próximo do final do ano, provocando um aumento das expectativas de concretização, mais célere que o anteriormente antecipado, do gradual processo de alívio dos estímulos monetários (mais célere nos EUA que na Zona Euro).

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram o 3.º ano consecutivo de fortes retornos anuais, impulsionados pelos estímulos orçamentais e monetários, com o S&P 500 (+26,9% em 2021) a reportar o melhor desempenho em três anos seguidos desde 1999. Já na Europa, o Stoxx 600, que agrega as maiores empresas europeias, fechou o ano a ganhar 22,3% e o português PSI-20 valorizou 13,7%, naquele que foi o melhor desempenho anual desde 2017. O índice MSCI global subiu 16,8%, fechando o ano próximo dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021. As **yields da dívida pública de referência** subiram na **Alemanha** no curto prazo (2 anos) e no longo prazo (10 anos), mas mais intensamente no último caso (+39 p.b., para -0,177%), tendo também aumentado nos EUA e ainda mais intensamente (nos 10 anos, +60 p.b.

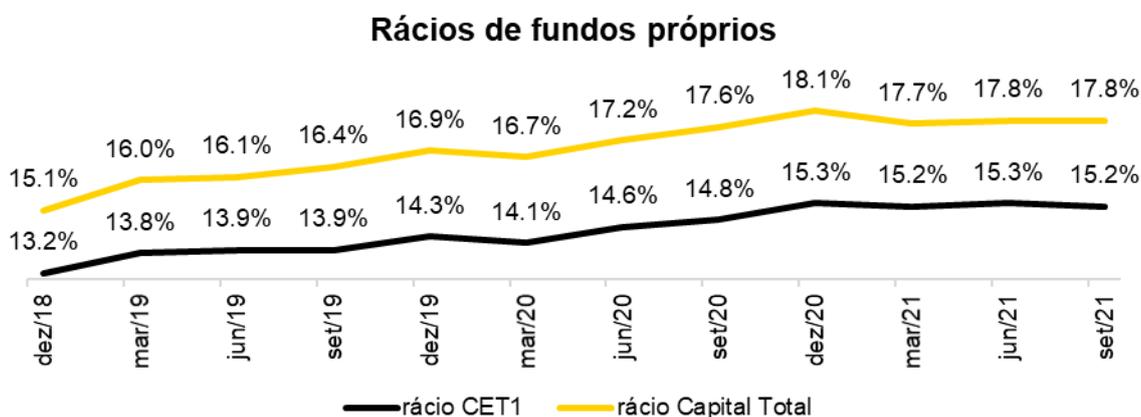
para 1,510%). Os **spreads de crédito** apresentaram movimentos ligeiramente favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de movimentos ascendentes nos **spreads dos países periféricos da Zona Euro**, com a Grécia a destacar-se pela negativa (+32 p.b., para um *spread* de 152 p.b.) e Portugal pela positiva, com o menor agravamento (+4 p.b., para 64 p.b.), com o agravamento a resultar, nomeadamente, das expectativas de compras de dívida pública em 2022 por parte do BCE. As **taxas Euribor** apresentaram ligeiras descidas (-3 p.b. nos 3 meses, -2 p.b. nos 6 meses e -0.2 p.b. nos 12 meses), fechando o ano perto dos níveis mínimos históricos em todos os prazos (nos 3 meses observados no dia 10 de dezembro, nos 6 meses em 9 de dezembro e, nos 12 meses, em 2 de fevereiro de 2021). Referir também que os índices gerais de **commodities** registaram fortes subidas, com o índice composto CRB Index a avançar 38,5% e o GSCI 37,1%, sendo suportado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior subida, de 53,6%, num contexto de aumentos dos preços do brent e do WTI superiores a 50%), dos metais de base, das agrícolas e do gado, sendo apenas penalizado pelos metais preciosos.

Sistema financeiro

O ano de 2020, marcado pelo contexto de crise sanitária e económica, devido à pandemia de covid-19, representou um verdadeiro teste à resiliência de todos os agentes económicos, incluindo os bancos, que se confrontaram, e continuaram de resto a confrontar-se ao longo de 2021, com um enquadramento incerto. Ao nível do setor bancário, os impactos da pandemia interromperam a trajetória de recuperação que vinha a ser traçada.

O ano de 2017 tinha sido marcado pela capitalização do sistema bancário português, designadamente através da: i) realização de uma operação de aumento de capital pelo BCP (1,3 mil milhões de euros); ii) concretização da 1.ª e 2.ª fases do plano de recapitalização da CGD, no montante acumulado de 4,444 mil milhões de euros; iii) conclusão da oferta pública do CaixaBank sobre o BPI; iv) operação de aumento de capital da Caixa Económica Montepio Geral (250 milhões de euros); v) aquisição do Banco Popular pelo Banco Santander S.A. no âmbito de uma medida de resolução aplicada ao primeiro e vi) conclusão da venda do Novo Banco à Lone Star. Já o ano de 2018 foi marcado pela estabilização, tendo apenas sido finalizada a última fase do plano de recapitalização da CGD, através da emissão de 500 milhões de euros de valores mobiliários representativos de fundos próprios de nível 2. Por sua vez, 2019 tinha sido o ano de consolidação dos lucros dos principais intervenientes do sistema bancário português.

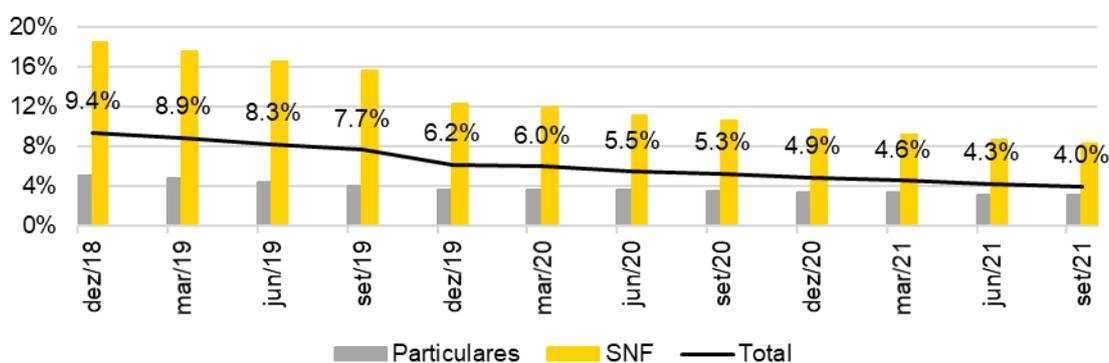
No contexto da atual crise pandémica, os reguladores anunciaram várias medidas de apoio às instituições financeiras, designadamente a medida do BCE de alívio temporário dos requisitos de capital exigidos aos bancos (março de 2020), que se traduz na possibilidade de as instituições poderem operar temporariamente com níveis de capital abaixo da recomendação de fundos próprios e da reserva combinada de fundos próprios.



Fonte: Banco de Portugal

A 30 de setembro de 2021, o rácio de capital total dos bancos do setor português diminuiu para 17,8% face a 18,1% registados no final de 2020 (16,9% no fim de 2019), com destaque para a redução dos fundos próprios adicionais de nível 1 (AT 1) que diminuiram 0,1 p.p. face ao valor de 31 de dezembro de 2020. O rácio CET 1 situou-se em 15,2% em setembro de 2021, o que compara com 15,3% no fim de 2020 (14,3% no fim de 2019). A evolução destes rácios releva o impacto do aumento de 1% nos ativos ponderados pelo risco ao nível do setor. O rácio de alavancagem diminuiu 0,4 p.p. face ao final de 2020, atingindo 7,3% (7,9% em 31 de dezembro de 2019), confortavelmente superior ao limite de mínimo de 3% definido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia a partir de 28 de junho de 2021.

Rácios de NPL



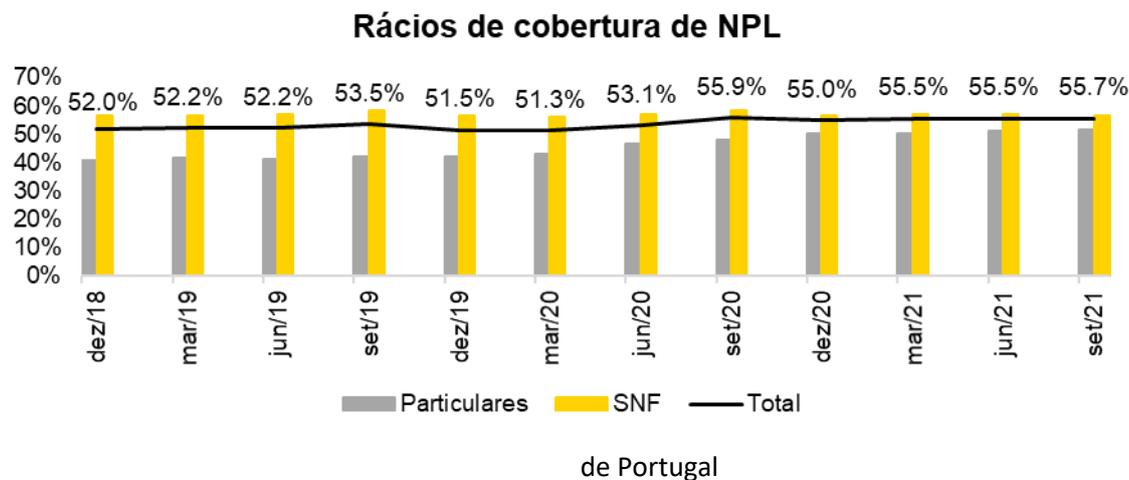
Fonte: Banco de Portugal

Apesar da crise sanitária iniciada em 2020, o processo de redução dos empréstimos não produtivos (NPLs) no sistema bancário manteve a sua trajetória, uma vez que os fatores contributivos para uma eventual subida do numerador foram, pelo menos para já, mitigados por medidas como as moratórias públicas e privadas. O rácio NPL manteve a tendência de descida e de convergência para a média europeia, atingindo, no fim do terceiro trimestre de 2021, o valor de 4,0%, o que corresponde a uma redução de 0,9 p.p. face ao final do ano de 2020 (2,2 p.p. face ao final de 2019). No final do terceiro trimestre de 2021 o stock de NPLs era 1.372 milhões de euros (-9,5%) inferior ao registado no final de 2020. Em termos setoriais, o rácio NPL do setor não financeiro (SNF) atingiu 8,3%, o que corresponde a uma melhoria de 1,4 p.p. face ao valor do final de 2020, enquanto o rácio referente aos particulares reduziu 0,3 p.p. entre os períodos mencionados, atingindo 3,1%.

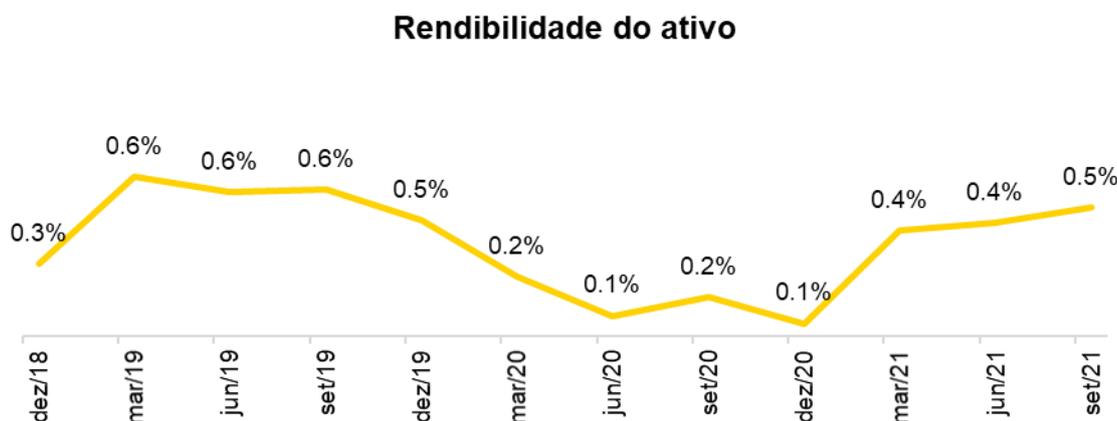
O rácio NPL líquido de imparidades atingiu 1,8% em 30 de setembro de 2021, o que compara com 2,2% no fim de 2020.

O rácio de cobertura dos NPL por imparidades registou um aumento de 0,7 p.p. para 55,7% no final do terceiro trimestre de 2021, com o segmento das SNFs a registar um rácio de 56,7% e os particulares de 51,6%, correspondendo a evoluções positivas de 0,3 p.p. e 1,3 p.p., respetivamente.

Apesar das boas condições de liquidez, a dificuldade em gerar rentabilidade continua a ser um dos maiores desafios enfrentados pelos bancos a nível global, fenómeno ao qual os bancos portugueses não são alheios. Contudo, os bancos portugueses conseguiram recuperar a rentabilidade perdida em 2020, devido, maioritariamente, ao impacto da pandemia no reconhecimento de imparidades e nas condições de transacionalidade, apesar da dificuldade em gerar margem financeira num cenário de taxas de juros baixas, com a rentabilidade anualizada



do ativo (ROA) do setor a situar-se em 0,5% nos primeiros nove meses de 2021, o que compara com 0,1% em dezembro de 2021. A recuperação do ROA em 30 de setembro 2021 face ao período homólogo de 2020 traduz, entre outros fatores, a evolução do custo do risco de crédito que reduziu 0,6 p.p. para 0,4% e do rácio *cost-to-income* que diminuiu 4,8 p.p. para 53,3%.



Fonte: Banco de Portugal

Em termos de balanço do sistema bancário português o total do ativo, em 30 de setembro de 2021, situou-se 28,9 mil milhões de euros acima do valor do fim de 2020, evidenciando o aumento dos empréstimos a clientes (8,9 mil milhões de euros), suportado no aumento do passivo em 27,4 mil milhões de euros impulsionado pelos depósitos de clientes que registaram um aumento de 18,6 mil milhões de euros. O rácio de transformação (LtD) reduziu 2,2 p.p. situando-se em 82,5% em 30 de setembro de 2021 enquanto os títulos de dívida pública portuguesa registados em balanço reduziram 1,5 mil milhões de euros entre os referidos períodos.

Principais Riscos e Incertezas para 2022

No WEO de 25 de janeiro, o FMI considera que os riscos para as perspetivas de crescimento são descendentes, identificando o aparecimento de novas variantes da Covid-19, que pode levar a um prolongamento da pandemia e a novas perturbações económicas, com potenciais impactos nos sistemas financeiros e bancários, defendendo que o acesso mundial a vacinas, testes e tratamentos é essencial para reduzir o risco de novas

variantes. Assinala também que as perturbações nas cadeias de abastecimento e volatilidade nos preços da energia e pressões salariais localizadas leva a que a incerteza em torno da inflação seja elevada, a que crescem riscos para a estabilidade financeira e para os fluxos de capitais, moedas e situações orçamentais dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento com uma possível subida das taxas de juro nas economias avançadas. O FMI alerta ainda que outros riscos globais se podem materializar devido às tensões geopolíticas (v.g, no Leste da Europa e na Ásia) e à emergência climática.

Ao nível nacional, a economia portuguesa deverá manter-se condicionada pela pandemia e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais, com o aumento dos riscos políticos domésticos e internacionais e do risco de maiores perturbações nos mercados financeiros. As perspetivas de inflação no país estão também rodeadas de riscos ascendentes, que decorrem, sobretudo, da possibilidade de uma maior transmissão dos aumentos dos preços das matérias-primas e dos bens intermédios aos preços no consumidor. A subida recente da inflação, a par das dificuldades de recrutamento em alguns setores, poderá traduzir-se em pressões mais fortes sobre os salários do que as consideradas nas atuais previsões. Numa análise recente, a CMVM realça que o eventual aumento da taxa de inflação e das taxas de juro poderá inverter o ritmo de ganhos no mercado acionista. Essas correções de preços poderão ser exacerbadas pela excessiva alavancagem de alguns investidores, que poderão ser forçados à alienação de posições. O expectável início da normalização da política monetária, as pressões inflacionistas, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e o fim das moratórias serão desafios particularmente relevantes em 2022, uma vez que poderá assistir-se à deterioração da situação financeira das famílias e Estados e ao avolumar de insolvências em alguns setores de atividade. Ou seja, continuarão a ser relevantes os apoios que permitam transições tão suaves quanto possível quando ocorrer o fim das medidas públicas de apoio à economia, assegurando simultaneamente a continuação da trajetória descendente do rácio da dívida pública/PIB.

Por sua vez, e especificamente ao nível do sistema bancário, o Banco Central Europeu (BCE) destaca a evolução favorável do rácio de NPL do setor em 2021, por via da redução do *stock*. Contudo, apesar dos sinais positivos, o impacto total da pandemia poder-se-á ainda não ter feito integralmente sentir ao nível da banca, com a sua magnitude a depender principalmente da qualidade da recuperação económica. Tanto a nível europeu como nacional, o crédito concedido tem apresentado sinais de recuperação para níveis pré-pandemia, impulsionado pela componente de crédito à habitação, o que aliado às valorizações presentes em alguns mercados, tem levado os reguladores a reimporem requisitos de reservas de capital aos bancos, que tinham sido flexibilizados no âmbito das medidas de mitigação do impacto da pandemia, para fazer face a eventuais desvalorizações destes ativos. Concomitantemente, o Banco de Portugal (BdP) limitou, a partir de 1 de abril de 2022, o prazo máximo para créditos à habitação em função da idade do(s) mutuário(s) para evitar que as instituições assumam riscos excessivos na concessão de crédito.

Para além do risco de correção das avaliações em alguns mercados, conforme exposto, poder-se-ão consubstanciar como riscos adicionais desafios ao modelo de negócio dos bancos, a crescente concorrência no setor num ambiente de rendibilidade reduzida, as novas e crescentes exigências de divulgação das exposições dos bancos aos setores não alinhados com os objetivos da política ambiental, social e de governança (ESG) europeia e ainda a cibersegurança

..

4. Activos sob gestão, número/valor unitário de unidades de participação

O valor total da carteira do Fundo Montepio Tesouraria era, a 31 de dezembro de 2021 de 49,68 milhões de Euros.

A composição da carteira do Fundo Montepio Tesouraria, no final de 2021, encontra-se discriminada no Anexo 1 deste Relatório.

O número de unidades de participação em circulação, o seu valor unitário e o valor líquido global do Fundo no final de cada um dos últimos 5 anos civis, são os seguintes:

<u>Anos</u>	<u>Valor Líquido global do fundo</u>	<u>Valor da unidade de participação</u>	<u>Nº Up's em circulação</u>
2017	45 850 536,57	96,0726	477 248,6330
2018	56 121 162,50	95,0627	590 359,2456
2019	79 818 919,52	95,3782	836 867,6383
2020	61 622 118,59	95,0725	648 159,3601
2021	49 681 110,40	94,5075	525 684,4785

5. Comissões suportadas pelos participantes do Fundo

Nos últimos três anos não houve qualquer variação nas comissões cobradas aos participantes do Fundo, sendo as mesmas as seguintes:

- Comissão de Subscrição – 0%
- Comissão de Resgate - 0%

6. Custos e Proveitos do Fundo

Os Custos e Proveitos do Fundo nos últimos três anos civis são os seguintes:

	2019	2020	2021
Proveitos	783 541,90	1 692 877,95	293 915,95
Custos	621 191,97	2 045 445,49	625 614,69
Res. Líquido	162 349,93	-352 567,54	-331 698,74

Dos quais destacamos os seguintes custos suportados pelo Fundo:

Custos	2019	2020	2021
Comissão de Gestão	226 894,16	125 260,97	70 269,97
Comissão de Depósito	32 413,39	33 949,12	29 279,10
Comissão de Comercialização	0,00	112 382,80	134 683,98
Taxa de supervisão	9 939,99	9 730,83	8 582,85
Custos de auditoria	4 507,38	4 624,80	4 624,80
Comissão de carteira de títulos	4 473,95	906,71	1 022,05

Lisboa, 21 de fevereiro de 2022

F

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO						PASSIVO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Período N			Per.N-1	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido			Líquido	N
	CARTERA DE TÍTULOS								
21	OBRIGAÇÕES	36 942 077,46	85 215,15	50 825,40	36 976 467,21	46 935 019,31	61	CAPITAL DO OIC	
22	AÇÕES						61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	26 221 031,26
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	-66 304 540,99
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						64	RESULTADOS TRANSITADOS	90 096 318,87
25	DIREITOS						65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS	
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	2 000 026,67			2 000 026,67		66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-331 698,74
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	38 942 104,13	85 215,15	50 825,40	38 976 493,88	46 935 019,31		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	49 681 110,40
	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS	
31	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0,00
	TERCEIROS								0,00
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES	151 040,30			151 040,30		421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	151 040,30	0,00	0,00	151 040,30	0,00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES	
	DISPONIBILIDADES						423	COMISSÕES A PAGAR	21 271,02
11	CAIXA						424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDITORES	6 376,60
12	DEPÓSITOS À ORDEM	6 812 801,32			6 812 801,32	13 938 760,55	43+12	EMPRESTIMOS OBTIDOS	
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	3 750 000,00			3 750 000,00	750 000,00		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	27 647,62
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO								33 178,64
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS								
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	10 562 801,32			10 562 801,32	14 688 760,55		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	18 432,32			18 432,32	31 517,37	56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO	9,80
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO						58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS	
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS							TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	9,80
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	18 432,32			18 432,32	31 517,37			0,00
	TOTAL DO ATIVO	49 674 378,07	85 215,15	50 825,40	49 708 767,82	61 655 297,23		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	49 708 767,82
									61 655 297,23
	Total do Número de Unidades de Participação				525 684,4785	648 159,3601		Valor Unitário da Unidade de Participação	94,5075
									95,0725

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

O Responsável pela Contabilidade

O Responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS		Período		PROVEITOS E GANHOS		Período	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	N	N-1	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	N	N-1
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:		
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	11 553,16	12 572,47	812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	116 691,64	148 637,44
711+714+717+718	De Operações Correntes		12,19	811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes	1 973,09	4 110,62
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Extrapatrimoniais		
	COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	1 022,05	906,71	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	0,00	0,00
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	233 806,94	270 877,88	829	De Operações Extrapatrimoniais		
729	De Operações Extrapatrimoniais				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	175 251,22	1 540 129,89
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	337 626,32	1 713 231,85	831+838	Outras, de Operações Correntes		
731+738	Outras, de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais		
739	De Operações Extrapatrimoniais				REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
	IMPOSTOS			851	Provisões para encargos		
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento						
7412+7422	Impostos Indiretos	36 981,42	42 719,59				
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para encargos			87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	4 624,80	5 124,80				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	625 614,69	2 045 445,49		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	293 915,95	1 692 877,95
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
781	Valores incobráveis				Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas extraordinárias			881	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			882	Ganhos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			883	Outros Ganhos Eventuais		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00	884...888	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	0,00	0,00
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO						
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)			66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)	331 698,74	352 567,54
	TOTAL	625 614,69	2 045 445,49		TOTAL	625 614,69	2 045 445,49
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	-58 258,67	-37 943,70	D-C	Resultados Eventuais	0,00	0,00
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0,00	0,00	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	-294 717,32	-309 847,95
B-A	Resultados Correntes	-331 698,74	-352 567,54	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	-331 698,74	-352 567,54

O responsável pela Contabilidade

O responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período		Período	
	De 2021-01-01 a 2021-12-31		De 2020-01-01 a 2020-12-31	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS				
Subscrição de unidades de participação	11 974 483,23		20 433 235,48	
		11 974 483,23		20 433 235,48
PAGAMENTOS				
Resgates de unidades de participação	23 583 792,68		38 277 468,87	
		<u>23 583 792,68</u>		<u>38 277 468,87</u>
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		-11 609 309,45		-17 844 233,39
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS				
Venda de títulos e outros ativos	5 692 269,50		10 674 191,10	
Reembolso de Títulos e outros ativos	31 507 083,22		58 560 480,68	
Juros e proveitos similares recebidos	131 161,24		136 795,64	
Outros recebimentos da carteira de títulos	17,41		0,35	
		37 330 531,37		69 371 467,77
PAGAMENTOS				
Compra de títulos e outros ativos	32 554 232,89		56 559 577,08	
Juros e custos similares pagos	11 553,07		12 571,85	
Outras taxas e comissões	1 039,46		891,46	
		<u>32 566 825,42</u>		<u>56 573 040,39</u>
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		4 763 705,95		12 798 427,38
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS				
Juros de Depósitos Bancários	701,39		6 431,31	
Outros recebimentos de operações correntes				
		701,39		6 431,31
PAGAMENTOS				
Comissão de Gestão	71 393,64		141 780,83	
Juros Disp./Emprest.	120,16		12,19	
Comissão de Comercialização	136 837,83		100 002,65	
Comissão de Depósito	29 747,32		34 540,53	
Impostos e taxas	38 333,37		44 002,71	
Outros pag. Operações correntes	4 624,80		4 609,65	
		281 057,12		324 948,56
Fluxo das operações de Gestão Corrente		-280 355,73		-318 517,25
Saldo dos Fluxos Monetários do Período		-7 125 959,23		-5 364 323,26
Disponibilidades no Início do Período		13 938 760,55		19 303 083,81
Disponibilidades no Fim do Período		6 812 801,32		13 938 760,55

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

O RESPONSÁVEL PELA
GESTÃO

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Tesouraria Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (Fundo), iniciou a sua actividade em 27 de setembro de 1993. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objectivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades colectivas, quer de pessoas individuais, que das mesmas pretendam fazer aplicações predominantemente no curto prazo e de elevada liquidez.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 - CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação cujo investimento não pode ser inferior a € 498,80.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o exercício de 2021 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(Valores em €)						
	Saldo em 31-12-2020	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	Saldo em 31-12-2021
Valor base	32 330 052,62	6 297 403,23	12 406 424,59				26 221 031,26
Diferença p/ Valor Base	(60 804 252,90)	5 677 080,00	11 177 368,09				(66 304 540,99)
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	90 448 886,41				(352 567,54)		90 096 318,87
Resultados do período	(352 567,54)				352 567,54	(331 698,74)	(331 698,74)
	<u>61 622 118,59</u>	<u>11 974 483,23</u>	<u>23 583 792,68</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>(331 698,74)</u>	<u>49 681 110,40</u>
Nº unidades de participação	<u>648 159,3601</u>	<u>126 251,5999</u>	<u>248 726,4815</u>				<u>525 684,4785</u>
Valor da unidade de participação	<u>95,0725</u>	<u>94,8462</u>	<u>94,8182</u>				<u>94,5075</u>

Nota 1 – Quadro 2

O número de participantes por escalões em 31 de dezembro de 2021 apresenta o seguinte detalhe:

Escalões	Nº Participantes
Ups \geq 25%	0
10% \leq Ups < 25%	0
5% \leq Ups < 10%	0
2% \leq Ups < 5%	1
0,5% \leq Ups < 2%	2
Ups < 0,5%	13 583

Nota 1 - Quadro 3

A evolução trimestral do valor do Fundo e do valor da unidade de participação nos exercícios de 2019 a 2021 foram as seguintes:

Ano	Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
2021	março	59 352 983,51	94,9397	625 165,1255
	junho	57 294 006,82	94,8339	604 151,0040
	setembro	54 576 889,04	94,6945	576 346,7116
	dezembro	49 681 110,40	94,5075	525 684,4785
2020	março	64 458 089,86	93,3110	690 787,5734
	junho	62 559 013,07	94,7844	660 013,7422
	setembro	63 021 532,16	95,0335	663 150,6065
	dezembro	61 622 118,59	95,0725	648 159,3601
2019	março	58 860 764,26	95,3775	617 134,5101
	junho	68 574 742,48	95,4942	718 103,7983
	setembro	75 994 393,73	95,4859	795 870,5259
	dezembro	79 818 919,52	95,3782	836 867,6383

Nota 2 - Quadro 1

No exercício de 2021, as transações de valores mobiliários efetuados pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

	Compras (1) €		Vendas (2) €		Total (1)+(2) €	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Obrigações Diversas	0,00	18 065 676,07	0,00	5 844 671,58	0,00	23 910 347,65

Nota 2 - Quadro 2

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram cobradas para o Fundo as seguintes comissões de subscrição e resgate:

	Valor €	Comissões Cobradas em €
Subscrições	11 974 483,23	Isento
Resgates	23 583 792,68	Isento

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 31 de dezembro de 2021

Montepio Tesouraria (Consolidado)						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
1.1 - Merc. Cot. Oficiais de Bolsa Val. Port.						
1.1.1 - Títulos de Dívida Pública						
PGB Float 12/04/2022	181 000	1 308.86		182 308.86	773.78	183 082.64
PGB Float 02/08/2022	242 000	3 132.39		245 132.39	1 634.84	246 767.23
PGB Float 05/12/2022	355 000	5 006.83		360 006.83	292.88	360 299.71
PGB Float 23/07/25	20 000	943.20		20 943.20	90.00	21 033.20
GOVMAD Float 09/6/22	100 000	1 133.00		101 133.00	101.78	101 234.78
Sub-Total:	898 000	11 524.28	0.00	909 524.28	2 893.28	912 417.56
1.1.3 - Obrigações diversas						
NOSPL Float 28/03/22	500 700	1 257.50		501 957.50	2 293.33	504 250.83
Sub-Total:	500 700	1 257.50	0.00	501 957.50	2 293.33	504 250.83
1.3 - Merc Cot. Ofic. B.V. Estados Membros UE						
1.3.3 - Obrigações diversas						
VW 0.875% 16/01/23	506 285		-297.50	505 987.50	4 195.21	510 182.71
RENAUL 0.75 26/09/22	604 708		-1 782.60	602 925.00	1 195.89	604 120.89
BMW 0.50% 22/11/2022	807 760		-1 036.00	806 724.00	438.36	807 162.36
CAFP Float 12/09/23	1 002 175	4 095.00		1 006 270.00	34.31	1 006 304.31
BMO Float 14/03/2022	695 677	5 068.50		700 745.50		700 745.50
BACR Float 12/05/26	510 645		-605.00	510 040.00	299.31	510 339.31
BBVASM Float 9/3/23	1 401 011	6 898.60		1 407 910.00	31.31	1 407 941.31
SANTAN Fit 28/03/23	1 509 499	2 223.50		1 511 722.50	27.17	1 511 749.67
BNP Float 22/09/22	574 475		-1 336.65	573 137.85	41.48	573 179.33
BNP Float 22/05/23	956 415	334.75		956 749.75	68.44	956 818.19
HSBC Float 24/09/26	715 428	122.50		715 550.50	63.62	715 614.12
BAYNGR Float 26/6/22	899 796	2 080.10		901 876.50		901 876.50
CBAAU Float 08/03/23	252 048		-400.00	251 647.50		251 647.50
DE Float 03/10/2022	500 000	1 620.00		501 620.00		501 620.00
GSFloat 26/09/23	1 971 794	2 562.18		1 974 355.68	4.92	1 974 360.60
BAC Float 22/09/26	1 754 674		-4 478.90	1 750 194.60	196.84	1 750 391.44
Citig.Float 21/03/23	902 513	2 131.00		904 644.00		904 644.00
CS Float 16/01/2026	1 166 772		-459.25	1 166 312.75	1 075.73	1 167 388.48
CS Float 18/05/2022	605 002		-2 914.00	602 088.00	287.47	602 375.47
SUMIBK Float 14/6/22	603 426		-2 193.00	601 233.00		601 233.00
ABIBB Float 15/04/24	907 982		-1 659.50	906 322.50		906 322.50
SRGIM Float 21/02/22	470 924		-576.20	470 347.80	18.80	470 366.60
SRGIM Float 02/08/24	193 700	7 581.00		201 281.00		201 281.00
SOCGEN Float 22/5/24	1 706 517	16 076.00		1 722 593.00	445.78	1 723 038.78
IBESM Float 20/02/24	501 332	3 042.74		504 375.00	58.89	504 433.89
BNS Float 05/Out/22	455 447		-3 568.25	451 878.75	58.30	451 937.05
A Transportar	23 574 704	66 617.65	-21 306.85	23 620 014.46	13 728.44	23 633 742.90

INVENTÁRIO DA CARTEIRA
em 31 de dezembro de 2021

Montepio Tesouraria (Consolidado) (Valores em EURO)						
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
DAIGR Float 03/07/24	1 403 637	8 025.00		1 411 662.00		1 411 662.00
KBCBB Flt 24/11/2022	1 102 716	2 217.50		1 104 933.50		1 104 933.50
RENAUL Flt 04/11/24	901 824	1 200.00		903 024.00	4.35	903 028.35
NDASS Float 07/02/22	704 321		-3 936.00	700 385.00		700 385.00
UCGIM Float 30/06/23	452 035	658.25		452 693.25	1.61	452 694.86
DNBNO Float 25/7/22	608 700		-6 246.00	602 454.00	228.93	602 682.93
VW Float 01/08/2022	508 975		-5 307.50	503 667.50	773.51	504 441.01
VW Float 16/11/2024	1 143 095		-3 671.00	1 139 424.00	1 388.69	1 140 812.69
ACAAP Float 06/03/23	1 107 727		-1 643.80	1 106 083.00	27.81	1 106 110.81
BPCEGP Flt 23/3/2023	1 505 490	2 842.50		1 508 332.50		1 508 332.50
ISPIM Float 19/04/22	856 438		-4 461.75	851 976.25	702.38	852 678.63
INTNED Float 20/9/23	1 312 658	3 124.00		1 315 782.00	113.10	1 315 895.10
MIZUHO Flt 10/04/23	452 028	530.25		452 558.25		452 558.25
Sub-Total:	34 235 647	72 433.37	-46 572.90	34 261 507.93	11 782.21	34 273 290.14
1.5 - Merc.Cot.Ofic. de B.V. de Estados não EU						
1.5.3 - Obrigações diversas						
WFC Float 31/01/22	1 003 438		-3 043.00	1 000 395.00		1 000 395.00
T Float 05/09/23	304 292		-1 209.50	303 082.50	61.75	303 144.25
Sub-Total:	1 307 730	0.00	-4 252.50	1 303 477.50	61.75	1 303 539.25
2 - OUTROS VALORES						
2.3 - Outros Instrumentos de Dívida						
2.3.2 - Papel Comercial						
Brisa7ª -0.02%070222	1 000 027			1 000 026.67		1 000 026.67
NOS 142ª -0.03%06Jan	1 000 000			1 000 000.00		1 000 000.00
Sub-Total:	2 000 027	0.00	0.00	2 000 026.67	0.00	2 000 026.67
Total	38 942 104	85 215.15	-50 825.40	38 976 493.88	17 030.57	38 993 524.45

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício de 2021 foi o seguinte:

(Valores em €)

CONTAS	SALDO 31-12-2020	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 31-12-2021
Caixa				
Depósitos à ordem	13 938 760,55			6 812 801,32
Depósitos a prazo e com pré-aviso	750 000,00	4 800 000,00	1 800 000,00	3 750 000,00
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	14 688 760,55	4 800 000,00	1 800 000,00	10 562 801,32

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos activos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transacções efectuadas até esse momento.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1 Obrigações

O critério adoptado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, excepto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos activos cotados, o critério de valorização adoptado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adoptado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de activos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes factores:
 - ❖ *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - ❖ *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - ❖ liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - ❖ curva de taxas de juro para actualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.2 Outros valores representativos de dívida

O critério adotado para a valorização de outros instrumentos de dívida (bilhetes do tesouro, papel comercial, entre outras.) é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência

Na falta de preços de mercado, a Sociedade Gestora valorizará aqueles instrumentos com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

1.2.3 Instrumentos financeiros derivados

O critério adoptado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respectivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados:

- para os *forwards* cambiais, será utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.
- para os *swaps* de taxas de juro, será utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando a estrutura da curva de taxas de juro, actualizando os *cash flows* às taxas actuais de mercado.

Em ambos os casos, a avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard - multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1 Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 0,70% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

2.2 Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,050% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo, à taxa de 0,0125%.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 5 – Os resultados obtidos pelo Fundo no exercício de 2021 apresentaram a seguinte composição:

Natureza	Proveitos e ganhos (Valores em €)						
	Ganhos de capital			Ganhos com carácter de juro			
	Mais valias		Soma	Juros Vencidos	Juros Corridos	Rendimento de títulos	Soma
	Potenciais	Efetivas					
<u>Operações à vista</u>							
Ações							
Obrigações	171 114,72	4 136,50	175 251,22	99 653,85	17 030,57	116 684,42	
<u>Unidades de Participação</u>							
Instr. Dívida c/Prazo				0,00	7,22	7,22	
Depósitos				571,34	1 401,75	1 973,09	
<u>Operações a prazo</u>							
<u>Cambiais</u>							
Forwards							

Natureza	Custos e perdas (Valores em €)					
	Perdas de capital			Juros e comissões suportados		
	Menos valias		Soma	Juros Vencidos e comissões	Juros Corridos	Soma
	Potenciais	Efetivas				
<u>Operações à vista</u>						
Ações						
Obrigações	208 481,22	129 145,10	337 626,32	11 553,16		11 553,16
<u>Unidades de Participação</u>						
Instr. Dívida c/Prazo						
Depósitos						
<u>Operações a prazo</u>						
<u>Cambiais</u>						
Forwards						
<u>Comissões</u>						
De gestão				67 567,28		67 567,28
De comercialização				129 503,83		129 503,83
De depósito				28 152,98		28 152,98
Da carteira títulos				1 022,05		1 022,05
Taxa de supervisão				8 582,85		8 582,85

Nota 9 – Impostos e taxas

Em conformidade com o artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos Fundos de investimento mobiliário são tributados de acordo com o seguinte detalhe:

No exercício de 2021, os montantes registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição de acordo com o tipo de rendimento gerador de tributação:

IRC - Lucro Tributável	0,00
Imposto de selo	<u>36 981,42</u>
	<u><u>36 981,42</u></u>

- Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”)

O Fundo é tributado, à taxa geral de IRC (21%), sobre o seu lucro tributável, o qual corresponde ao resultado líquido do exercício, deduzido dos rendimentos (e gastos) de capitais, prediais e mais-valias obtidas, bem como dos rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam a seu favor.

O Fundo está, ainda, sujeito às taxas de tributação autónoma em IRC legalmente previstas, mas encontra-se isento de qualquer derrama estadual ou municipal.

Adicionalmente, pode deduzir os prejuízos fiscais apurados aos lucros tributáveis, caso os haja, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

- Imposto do Selo

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo, à taxa de 0,0125%

Nota 12 - EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de Dezembro de 2021 os prazos residuais até à data de vencimento dos títulos de taxa fixa, incluindo papel comercial, apresentavam a seguinte estrutura:

<u>Maturidade</u>	<u>Valor da Carteira €</u>
De 0 a 1 ano	3 409 675,67
De 1 a 3 anos	505 987,50
	<u>3 915 663,17</u>

Nota 15 - DIVERSOS CUSTOS IMPUTADOS AO FUNDO EM DEZEMBRO DE 2021

Os diversos custos imputados ao Fundo em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 2021	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	70 269,90	0,12%
Componente Fixa	70 269,90	0,12%
Componente Variável	0,00	0,00%
Comissão de Comercialização	134 684,00	0,24%
Comissão de Depósito	29 279,10	0,05%
Taxa de supervisão	8 582,85	0,02%
Custos de auditoria	4 624,80	0,01%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	27 972,51	0,05%
Outros custos	448,95	0,00%
Total	275 862,11	0,49%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		0,49%

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 16 – Remunerações pagas pela Sociedade aos colaboradores da MGA em 2021

Remunerações	Valor Eur
Órgãos Sociais	187 220,00 €
Conselho Fiscal	14 032,00 €
Colaboradores (média 13)	509 255,00 €

Nota 17 – COVID-19 – Impactos no OIC

Na sequência do surto pandémico Covid-19, o Conselho de Administração da sociedade gestora do Fundo ativou o plano de contingência e tomou um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos resultantes do desenvolvimento da pandemia. Não sendo possível prever os efeitos que possam advir da evolução da pandemia, nomeadamente no que se refere à atividade económica, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora considera que as atuais circunstâncias excecionais decorrentes da pandemia não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (adiante também designado por Fundo), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (adiante também designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 49 708 768 euros e um total de capital do fundo de 49 681 110 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 331 699 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização dos ativos mobiliários	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 78% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no exercício. Assim, a verificação das cotações ou do valor patrimonial das unidades de participação constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das divulgações às demonstrações financeiras.</p>	<p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações ou nos valores patrimoniais divulgados pelas respetivas entidades gestoras.</p>
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
<p>A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.</p>	<p>Principais procedimentos de auditoria efetuados:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Análise dos procedimentos de monitorização do cumprimento das regras e limites legais e regulamentares e do cumprimento das políticas de investimento estabelecidas no Regulamento de Gestão do Fundo. (ii) Recálculo dos limites legais e regulamentares; (iii) Verificação do impacto de eventuais situações de incumprimento, incluindo a análise das correspondentes comunicações com a CMVM.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias

- relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um primeiro mandato compreendido entre 2014 e 2015, para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2019 e para um terceiro mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 16 de março de 2022;
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços distintos da auditoria proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria;
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 16 de março de 2022



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC n.º 1366, inscrita na CMVM sob o n.º 20160976)
em representação de
BDO & Associados - SROC